



Brasília, 19 de junho de 2023.

PISO DA ENFERMAGEM

A FASUBRA Sindical buscará a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – Andifes, a Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (ABRUEM), a Deputada Federal Alice Portugal (PCdoB/BA) em conjunto com outras bancadas de parlamentares, e o Ministério da Educação, para tratar sobre possíveis ações que viabilizem a efetivação do pagamento do piso da enfermagem para trabalhadoras e trabalhadores da Enfermagem do Regime Jurídico Único..

MARGEM DE CONSIGNAÇÃO (LEI 14.509/2022)

A FASUBRA Sindical tem a compreensão de que frente a crise social que as trabalhadoras e trabalhadores do serviço público federal foram submetidos nos últimos anos, fez com que o conjunto das servidoras e servidores recorresse a empréstimos consignados.

Em que pese tenhamos a concepção de que o mecanismo de empréstimos se configura como um processo de endividamento e que, portanto, a médio e longo prazo não resolverá os problemas financeiros da classe trabalhadora (a alternativa é uma política de Estado de valorização salarial), entendemos que é necessário que o Governo Federal apresente uma alternativa para o endividamento atual.

Considerando todas as ressalvas expressas acima, a FASUBRA Sindical compreende ser importante que o Estado brasileiro garanta que as servidoras e servidores tenham o direito e a liberdade de usar (em uma perspectiva de emergência) toda a margem para empréstimos consignados em detrimento de opções mais desfavoráveis.

Na manhã de sexta-feira (16/06/2023), a representação da FASUBRA se reuniu com o Senador Paulo Paim (PT/RS), que teve como fruto o Ofício que disponibilizamos a seguir.

Para além dessa iniciativa, a FASUBRA está articulando com as demais entidades do Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (FONASEFE), debatendo a possibilidade de ações comuns e articuladas frente ao Congresso Nacional e o Governo Federal. Até o momento, as ações previstas visam a busca de reuniões com outros/as parlamentares, a exemplo da Deputada Federal Maria do Rosário (PT/RS) que já apresentou um Projeto de Lei 2591/2023 que propõe a alteração do parágrafo único e seus incisos, do Art. 2º da Lei 14509/2022 que dispõe sobre o percentual máximo aplicado para a contratação de operações de crédito com desconto automático em folha de pagamento; altera a Lei nº 14.431, de 3 de agosto de 2022; revoga dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; e dá outras providências para tornar facultativa a reserva de 5% na remuneração do servidor público federal para o pagamento de empréstimos consignados relativos aos cartões de crédito e cartão consignado de benefício.

Para além disso, está em debate a proposta de buscar reuniões junto a Casa Civil e ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, para verificar a viabilidade da publicação de Portaria ou Decreto ou Medida Provisória, que contenha o mesmo teor da proposta expressa pelo Projeto de Lei 2591/2023 da Deputada Federal Maria do Rosário.



Of.129/2023-SEC

Brasília, 16 de junho de 2023.

Excelentíssimo Senhor
Senador Paulo Paim

Conforme acordado em reunião com os representantes da FASUBRA-Sindical, enviamos as pautas discutidas com o Senador:

Decreto 10.620/21

Dispõe sobre a competência para a concessão e a manutenção das aposentadorias e pensões do RPPS da União no âmbito da administração pública federal. Governo derrubou o calendário para passar todos para o INSS, mas ainda não derrubou o decreto.

Reivindicação: derrubada do decreto.

Ponto do SISREF

É um sistema de registro de ponto eletrônico para controle de frequência dos servidores públicos federais, o problema que nas Unidades que aderiram os servidores para participar de movimento sindical, inclusive assembleias, precisam pagar as horas ou são descontados.

Reivindicação: mudar o sistema de frequência permitindo mais autonomia aos gestores, ou prever liberação para atividade sindical.

Empréstimo Consignado

A FASUBRA Sindical tem a compreensão de que frente a crise social que as trabalhadoras e trabalhadores do serviço público federal foram submetidos nos últimos anos, fez com que o conjunto da categoria recorresse a empréstimos consignados. Em que pese tenhamos a concepção de que o mecanismo de empréstimos se configura como um processo de endividamento e que, portanto, a médio e longo prazo não resolverá os problemas financeiros da classe trabalhadora (a alternativa é uma política de Estado de valorização salarial), entendemos que é necessário que o Governo Federal apresente uma alternativa para o endividamento atual. Nesse sentido, propomos que as servidoras e servidores tenham o direito e a liberdade de usar emergencialmente a margem de 40% para empréstimos consignados em detrimento de opções mais desfavoráveis.

Sede: Edifício Terra Brasília
SAUS Quadra 01 Bloco N Sala 1212 - Ass Sul
CEP: 70.070-010 - Brasília/DF



Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico- administrativos
em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil
Fundada em 19 de dezembro de 1978



Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos
em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil
Fundada em 19 de dezembro de 1978

Reivindicação:

Audiência ou reunião pública com as entidades do serviço público e o Ministério da Fazenda para encontrar solução.

Audiência com o Ministério da Educação

Em seis meses de Governo a Fasubra ainda não foi recebida pelo Ministro Da Educação.

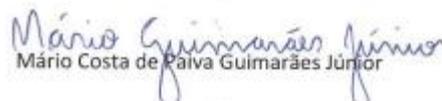
Reivindicação: Interceder junto ao Ministro Camilo Santana para que receba a Federação para tratar de pautas específicas.

Sem mais, agradecemos ao Senador por receber a FASUBRA prontamente e se colocar a disposição por apoiar nossas reivindicações e pela disposição permanente em nos receber.


Maria Tereza Tavares Fujii


José Almiran Rodrigues


Ana Cristina Carvalho Miranda


Mário Costa de Paiva Guimarães Júnior

Direção Nacional
FASUBRA Sindical

REVOGAÇÃO DA REFORMA DO ENSINO MÉDIO

A FASUBRA acompanhou mais uma audiência pública realizada pela Comissão de educação do Senado para debater a reforma do ensino médio. Nesta audiência participaram representantes da CNTE, da CONTEE e da Campanha Nacional pelo Direito à Educação. As 3 entidades defenderam a revogação da Lei 13.415, de 2017, que instituiu o Novo Ensino Médio (NEM). Entre as críticas apresentadas no debate, estão a falta de pactuação e debate com os segmentos educacionais na formulação e implantação do novo modelo e o possível aprofundamento das desigualdades na educação.



De uma série de 7 debates programados pela comissão, até agora, a maioria dos convidados tem convergido na análise negativa sobre a concepção, a aplicação e os resultados auferidos até agora por esta mudança na legislação. A reforma foi instituída por MP, alterando a Lei de diretrizes e Bases da Educação (LDB), desrespeitando condições mínimas de debate com a comunidade escolar e jogando por terra qualquer possibilidade de uma educação democrática e libertadora. Importante destacar, ainda, que a reforma foi implantada a toque de caixa, sem garantir a infraestrutura básica necessária para o acesso e permanência dos estudantes. O novo modelo não garante a formação geral, com a redução de carga horária das disciplinas básicas e falseia uma formação profissional oferecendo uma qualificação de baixa qualidade, ofertada de maneira precária em escolas sem a mínima infraestrutura.

As entidades também foram unânimes em agradecer à Senadora Tereza Leitão pela atenção e dedicação e enfatizar a importância dos debates que estão sendo promovidos na Comissão de educação do Senado com vistas a aprofundar e alçar o tema ao nível que ele tem na vida de milhares de adolescentes e suas famílias.

ORIENTAÇÃO PARA OS PRÓXIMOS PASSOS DA LUTA CONTRA A APROVAÇÃO DO ARCABOUÇO FISCAL NO SENADO FEDERAL

Além das orientações previstas no Informe de Direção 5 de Junho de 2023, e as avaliações presentes no Informe de Direção 4 de Junho de 2023; informamos às entidades sindicais filiadas à FASUBRA Sindical, que hoje o Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores.

Além das orientações previstas no Informe de Direção 5 de Junho de 2023, e as avaliações presentes no Informe de Direção 4 de Junho de 2023, informamos às entidades sindicais filiadas à FASUBRA Sindical, que hoje o Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores

CALENDÁRIO	
JUNHO	
21	Reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente
24	Dia de São João
28	Dia Internacional do Orgulho LGBTQIAP+
JULHO	
5 e 6	Reunião da Coordenação Nacional e Regional dos Vigilantes - Horário: de 9 às 18 horas – Local: Auditório Antônio Rodrigues do SINTFUB na UNB



Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico- administrativos
em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil
Fundada em 19 de dezembro de 1978

8	Dia Nacional da Ciência
13 e 14	Reunião da Direção Nacional
15 e 16	Plenária da FASUBRA
25	Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha
27	Dia Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho
30	Dia Mundial de Combate ao Tráfico de Pessoas
AGOSTO	
15 e 16	Dia Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho